

**AgInt nos EDcl no RECURSO EM MANDADO DE SEGURANÇA Nº 45.454
- TO (2014/0096960-0)**

RELATOR : MINISTRO SÉRGIO KUKINA
AGRAVANTE : SANDRO SOUZA PINTO
ADVOGADO : GILSIMAR CURSINO BECKMAN - TO005512
AGRAVADO : ESTADO DO TOCANTINS
PROCURADOR : FERNANDO PESSÔA DA SILVEIRA MELLO E OUTRO(S) - TO004097B

DECISÃO

Cuida-se de agravo interno manejado por **Sandro Souza Pinto** contra decisão de fls. 114/116, pela qual não se conheceu do recurso ordinário em mandado de segurança, por intempestivo.

O agravante, em suas razões às fls. 145/153, sustenta, em síntese, que, *"analisando o prazo publicado no painel do advogado pelo cartório, vê-se que o sistema EPROC contabilizou e assinalou o prazo fatal de 05/02/2014, acreditando este causídico ser a data final para interposição do presente recurso, tendo em vista o lançamento em seu sistema eletrônico"* (fl. 148).

Aduz, ainda, que *"toda e qualquer informação lançada acerca de cumprimento de prazo, é de responsabilidade dos usuários INTERNOS, ou seja, dos servidores dos cartórios, não podendo agora o Requerido ser prejudicado por um suposto equívoco, sendo que o ato de lançamento do prazo não compete aos usuários externos (advogados), que deve apenas cumpri-lo, sendo que o sistema Eletrônico E-proc é manuseado por servidores que devem lançar no sistema os dados corretos"* (sic., fl. 151)

Requer, assim, a reconsideração da decisão agravada ou a submissão da insurgência ao órgão colegiado.

O Estado do Tocantins, devidamente intimado, não apresentou impugnação (fl. 159).

Comprovado o recolhimento de custas (fl. 88).

Representação regular (fls. 21 e 127).

É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.

Na hipótese em análise, o agravante se insurge contra a decisão que julgou intempestivo o recurso em mandado de segurança, sob a alegação de que acreditou ser 05/02/2014 a data final para a interposição do recurso, haja vista a publicação lançada no sistema eletrônico E-PROC do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins.

Assiste-lhe razão.

Com efeito, a Corte Especial, no **REsp 1.324.432/SC** (Rel. Ministro Herman Benjamin, Corte Especial, DJe 10/5/2013) revendo posicionamento anterior, decidiu que, constatado erro ou omissão nas informações disponibilizadas no sistema eletrônico, prejudicando a parte, caracteriza-se sua boa-fé, atraindo a incidência do disposto no art. 183, §§ 1.º e 2.º, do CPC (**AgRg no AgRg no AREsp 704.072/PE**, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 18/11/2015).

Em igual sentido, destacam-se:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECONHECIMENTO DA INTEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO QUANTO À ANÁLISE DAS INFORMAÇÕES PROCESSUAIS CONTIDAS NO SITE DO TRIBUNAL DE ORIGEM. CONTAGEM DE PRAZO. BOA-FÉ. ART. 223, §§ 1º E 2º, DO CPC/2015. APLICAÇÃO.

1. *Hipótese em que foi reconhecida a intempestividade do Recurso Especial, uma vez que a parte recorrente foi intimada do acórdão recorrido em 06/09/2016, tendo-se interposto o Recurso Especial somente em 29/09/2016 (fora do prazo de 15 dias úteis, nos termos do art. 994, VI, c.c. os arts. 1.003, § 5.º, 1.029, e 219, caput, todos do Código de Processo Civil). E, em se tratando da ocorrência de feriado local para efeito de tempestividade do recurso, a comprovação dar-se-á no ato da interposição, mediante documento idôneo, sendo inaplicável a essa situação específica a regra da possibilidade de regularização posterior.*

2. *Ocorre que, da análise detida dos autos, extrai-se que, no mesmo ato ordinatório, evento 20 (e-STJ, fl. 332), o sistema eletrônico do Tribunal de origem (e-PROC) efetuou a intimação e calculou o prazo de 15 dias úteis para a interposição de recurso, fixando a data final para 29.9.2016.*

3. *"A divulgação do andamento processual pelos Tribunais por meio da internet passou a representar a principal fonte de informação dos advogados em relação aos trâmites do feito. A*

jurisprudência deve acompanhar a realidade em que se insere, sendo impensável punir a parte que confiou nos dados assim fornecidos pelo próprio Judiciário" (REsp 1324432/SC, Rel. Ministro Herman Benjamin, Corte Especial, DJe 10/5/2013).

4. Embargos de Declaração acolhidos com efeito infringente para reconhecer a tempestividade do Recurso Especial.

(EDcl no AgInt no REsp 1664165/TO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, DJe 25/05/2018)

PROCESSUAL CIVIL. INFORMAÇÃO PROCESSUAL. SITE ELETRÔNICO. JUNTADA DE MANDADO DE CITAÇÃO. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÃO. NATUREZA NÃO-OFICIAL. CARÁTER MERAMENTE INFORMATIVO. OBSTÁCULO JUDICIAL. CONFIGURAÇÃO DE JUSTA CAUSA. REABERTURA DE PRAZO. ART. 183, CAPUT, § 1º e 2º, DO CPC.

1. Nos termos do posicionamento consolidado na Corte Especial, as informações processuais prestadas pelos sítios eletrônicos dos tribunais, embora não possuam caráter oficial, dão ensejo a pedido de devolução de prazo com base em erros ou omissões que constituam justa causa, nos termos do art. 183, caput, §§ 1º e 2º, da Lei Processual Civil. Precedente: REsp 1324432/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, CORTE ESPECIAL, DJe 10/05/2013.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no REsp 1476069/RS, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, DJe 20/05/2015)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INFORMAÇÕES PROCESSUAIS NO SÍTIO DO TRIBUNAL. CONTAGEM DE PRAZO. BOA-FÉ. JUSTA CAUSA. APLICAÇÃO. INOVAÇÃO RECURSAL. EXAME. IMPOSSIBILIDADE.

1. "Ainda que os dados disponibilizados pela internet sejam 'meramente informativos' e não substituam a publicação oficial (fundamento dos precedentes em contrário), isso não impede que se reconheça ter havido justa causa no descumprimento do prazo recursal pelo litigante (art. 183, caput, do CPC), induzido por erro cometido pelo próprio Tribunal. Recurso Especial provido. (REsp 1.324.432/SC, Rel. Ministro Herman Benjamin, Corte Especial, DJe 10/5/2013).

2. No presente agravo a parte alega que "mesmo considerando a data

equivocada de juntada do mandado de citação informada pelo site do

Tribunal Federal da 1ª Região, a União não se manifestou a tempo, isto é, dentro de seu prazo dobrado de 30 (trinta) dias!".

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2644 - Brasília, Disponibilização: Quinta-feira, 04 de Abril de 2019 Publicação: Sexta-feira, 05 de Abril de 2019

3. *O exame de tal irresignação não compete ao Superior Tribunal de*

Justiça, sob pena de supressão de instância. Consoante determinado na parte final da decisão agravada, competirá ao Tribunal de origem verificar a admissibilidade dos embargos à luz da atual orientação do STJ e, sendo o caso, prosseguir com o julgamento de mérito.

4. *Agravo regimental não provido.*

(AgRg no AREsp 640.116/RS, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, DJe 26/06/2015)

Assim, demonstrado o equívoco na disponibilização do prazo final para recurso no sistema eletrônico, com razão o agravante ao sustentar a tempestividade do recurso em mandado de segurança

ANTE O EXPOSTO, dou provimento ao agravo interno para tornar **sem efeito** a decisão monocrática de fls. 114/116 em ordem a retomar o processamento do recurso ordinário em mandado de segurança de fls. 69/87.

Publicada a presente decisão, voltem conclusos os autos.

Publique-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

Ministro **SÉRGIO KUKINA**
Relator